

O FIM ÚLTIMO EM KANT E NO JOVEM SCHELLING: ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS

THE FINAL END ACCORDING TO KANT AND TO YOUNG SCHELLING:
ANTHROPOLOGICAL ASPECTS

Gabriel Almeida Assumpção¹

RESUMO:

A releitura do problema da finalidade é um tema recorrente na filosofia de Kant e do idealismo alemão. No caso da moralidade, Kant chama o sumo Bem – vínculo necessário no qual a moralidade causa a felicidade – de ‘fim último’ ou ‘fim total’ da razão prática pura. Esse fim seria atingido mediante um progresso que tende ao infinito, mostrando a incapacidade, da parte de seres racionais finitos, de realização do mesmo sem certas pressuposições prático-metafísicas, os postulados da razão prática pura. Para Schelling, por sua vez, o ‘fim último final’ ou ‘fim último definitivo’, o Eu Absoluto, também é um progresso. Uma grande diferença, todavia, é que tal progresso envolve o término, de fato, da experiência moral, uma superação da mesma, e a independência em relação à necessidade da felicidade empírica. Esse é um importante passo, para Schelling, na superação da distinção entre sujeito e objeto, que consiste em outro importante tema do idealismo alemão. Buscaremos verificar como ambos filósofos argumentam e quais os pressupostos antropológicos em jogo.

Palavras-chave: Kant; Schelling; moralidade; felicidade; fim último.

ABSTRACT:

The new reading of the issue of finality is one recurring theme throughout Kant’s philosophy and German Idealism. Regarding morality, Kant names the highest Good – necessary connection in which morality causes happiness – ‘final end’ or ‘total end’ of practical pure reason. Such an end would be achieved only by means of a progress that tends to infinity, thus displaying the rational finite beings’ capacity of realizing it without certain practical-metaphysical presuppositions – the postulates of practical pure reason. To Schelling, on the other hand, the ‘last final end’ or ‘definitive final end’ is also a progress. However, a great difference lies in the fact that such progress, to Schelling, entails the ending of moral experience and an overcoming of it, as well as independence regarding the need of empirical happiness. To Schelling, this is an important step towards overcoming the difference between subject and object, which is another important topic of German Idealism. We intend to verify how both philosophers argument and what are the anthropological presuppositions at stake.

Keywords: Kant; Schelling; morality; happiness; final end.

A doutrina dos postulados de Kant, em sua *Crítica da Razão Prática* (1788), foi de relevância considerável no projeto filosófico inicial de Schelling². Düsing afirma: “Para o início do idealismo alemão, a teoria dos postulados de Kant possui significado especial. Os idealistas buscaram, em seus primeiros projetos filosóficos, construir suas próprias concepções e formular a própria posição a partir da assimilação e da disputa com a doutrina kantiana dos postulados³”. Inicialmente, foi Fichte (*Versuch einer Kritik aller Offenbarung* –

¹ Mestre em Filosofia pela UFMG. Contato: gabrielchou@gmail.com

² Dedico este texto a Débora Mariz, como agradecimento pelo incentivo e trocas intelectuais.

³ Klaus DÜSING, “*Die Rezeption der Kantischen Postulatenlehre in den frühen philosophischen Entwürfen Schellings und Hegels*”, p. 53.

1792). Posteriormente, foi o caso de Schelling e de Hegel. Ambos se confrontaram com a teologia ‘kantianizante’ de Tübingen⁴.

A recepção da argumentação kantiana sobre o sumo Bem e os postulados da razão prática pura (liberdade, imortalidade da alma e existência de Deus) se encontra, por exemplo, no texto *Do Eu como Princípio da Filosofia* (1795). Examinaremos como Kant e Schelling concebem a articulação entre moralidade e felicidade, tomando como chave de leitura os aspectos antropológicos em jogo: Kant desloca a argumentação para o âmbito da finitude, ao passo que Schelling o faz rumo à infinitude⁵.

O sumo Bem kantiano é um vínculo no qual a moralidade causa, necessariamente, a felicidade, e Kant o chama fim último da razão prática⁶ ou fim total⁷. Kant tenta, com o referido conceito, fazer jus a diferentes aspectos do ser humano: faculdades de desejo inferior e superior; aspectos sensível e inteligível. Além disso, percebe-se os limites do ser humano em tentar produzir o sumo Bem com as próprias forças, fazendo-se necessários os postulados como elementos auxiliares na luta para se tornar digno da felicidade⁸.

Em Schelling, observa-se o Eu Absoluto como ‘fim último definitivo’⁹, no qual não há mais distinção entre sujeito e objeto, e nem condicionamentos, ou seja, não há mais impedimentos ao exercício da liberdade absoluta. A luta e tarefa de aperfeiçoamento moral não se concebem no sentido de se fazer digno da felicidade, como em Kant, mas na direção de não ser mais dependente da felicidade, de modo que a virtude seja sua própria recompensa¹⁰. Essa concepção se desdobra na superação do eu empírico e do eu transcendental e conseqüente elevação para o Eu Absoluto, que é exercício pleno da liberdade, para além das formas de anulação da subjetividade que o filósofo via em Kant: coisa em si¹¹; Deus moral¹².

⁴ Klaus DÜSING, “Die Rezeption der Kantischen Postulatenlehre in den frühen philosophischen Entwürfen Schellings und Hegels”, p. 53.

⁵ Leonardo VIEIRA, “Filosofia prática e incondicionado”, pp. 22-23

⁶ Immanuel KANT, *Kritik der praktischen Vernunft* (De agora em diante, *KpV*) A 233.

⁷ Immanuel KANT, *KpV* A 239.

⁸ Immanuel KANT, *KpV* A 219-233.

⁹ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich als Prinzip der Philosophie oder über das Unbedingte im menschlichem Wissens* (Daqui em diante *Vom Ich*), § XIV, p. 124-125; 129.

¹⁰ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 125.

¹¹ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § V, p. 96; § X, pp. 111ss.

¹² Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 130.

1. Moralidade e felicidade: Kant e o ponto de vista da finitude

A razão é uma faculdade de princípios, em Kant¹³. Ela é dotada tanto de um uso teórico (que visa ao conhecimento de objetos) quanto de um uso prático, no qual a preocupação é com a produção de objetos pela vontade, uma faculdade ou de produzir objetos correspondentes às representações, ou de se determinar para efetuar-los¹⁴. Ambos usos da razão podem ser puros ou empiricamente condicionados. No conhecimento, é nocivo para a ciência quando a razão tenta ir além dos limites do entendimento, pois é acometida da ilusão transcendental, tentando-se tratar ideias como conceitos, ou ainda, tentando-se conhecer o suprasensível¹⁵.

A *Crítica da razão pura* tem como uma das tarefas ensinar os indivíduos a reconhecerem as formas nas quais a ilusão transcendental se apresenta, de modo a abandonar as pretensões de conhecimento do noumênico, mesmo cientes de que a ilusão persiste. As inferências dialéticas da razão se ligam à busca de totalidade, seja da alma (paralogismos)¹⁶; seja do mundo (antinomias)¹⁷; seja de Deus (Ideal da razão)¹⁸. A razão, sendo faculdade de princípios, busca o incondicionado para a soma das condições e cai em antinomias, sendo a única concebível como possível a terceira antinomia, na qual se opõe o determinismo da natureza à defesa da coexistência entre causalidade natural e causalidade mediante liberdade¹⁹.

A importância do uso puro da razão especulativa é principalmente heurístico, vinculado à formulação de hipóteses, o que Kant denomina uso regulador das ideias²⁰. No uso prático da razão, por sua vez, o que ocorre é distinto: é bastante benéfico para a razão prática poder possuir um uso puro, emancipado dos condicionamentos empíricos, históricos, etc. O uso empiricamente condicionado da razão prática também é importante, é parte da conduta dos seres racionais finitos²¹: raciocínios de meios e fins, busca de prazer, etc, que Kant agrupa sob o nome do princípio do amor de si ou da felicidade própria²². Todavia, o uso puro da razão prática transcende a conduta individual: seu fundamento é a própria razão prática pura,

¹³ Immanuel KANT, *Kritik der reinen Vernunft* (De agora em diante, *KrV*) B 356.

¹⁴ Immanuel KANT, *KpV* A 29.

¹⁵ Immanuel KANT, *KrV* B 350ss.

¹⁶ Immanuel KANT, *KrV* B 399-435.

¹⁷ Immanuel KANT, *KrV* B 435-599.

¹⁸ Immanuel KANT, *KrV* B 600-670.

¹⁹ Immanuel KANT, *KrV* B 472-477; 570-586.

²⁰ Immanuel KANT, *KrV* B 670-730.

²¹ Immanuel KANT, *KpV* A 45ss.

²² Immanuel KANT, *KpV* A 40.

cujo princípio é chamado lei moral ou, no caso de seres racionais finitos, imperativo categórico²³.

Há uma coerção racional que a lei moral impõe aos indivíduos, de modo que eles reconheçam-na como o critério da moralidade. Kant chama tal ‘coerção interior, mas intelectual’ (*‘innerer, aber intellektueller Zwang’*)²⁴. A lei moral apresenta-se como um *dever-ser (Sollen)* o qual, ainda que não encontre correspondência nas práticas empíricas, deve ser a meta dos seres racionais finitos²⁵. No caso de um ser racional perfeito, *dever-ser* e *ser* coincidem, e a lei moral atua como se fosse uma lei da natureza, uma regularidade necessária²⁶. Uma vontade de um ser desse tipo é uma vontade santa, da qual seres racionais finitos devem buscar uma aproximação infinita: uma vontade santa é arquétipo para a vontade finita²⁷. Observaremos, na seção seguinte, como esse aspecto do raciocínio kantiano será importante para o jovem Schelling, em sua tentativa de conciliar liberdade e necessidade, mediando as filosofias de Kant e de Fichte com a de Spinoza²⁸.

A lei moral não é, no entanto, onde se encerra a filosofia prática de Kant. Mesmo sem entrarmos nas questões de filosofia do direito e de filosofia da história, já observamos a preocupação com finalidade, na busca de integração da moralidade com felicidade, desde que a moralidade permaneça soberana. Surge o conceito kantiano de sumo Bem, elo causal perfeito e necessário no qual a moralidade é causa eficiente da felicidade²⁹.

Kant reconhece que a moralidade e felicidade possuem princípios distintos mas que, ao mesmo tempo, não se excluem³⁰. Além disso, os seres racionais finitos – como os seres humanos – são seres de carências³¹. Dotados de uma faculdade de desejo, a virtude como própria recompensa não basta aos seres racionais finitos: exige-se a felicidade³². Mais do que isso: devido ao uso prático da razão pura, a própria razão pura deseja um tipo de felicidade: a felicidade moralmente condicionada, que só é encontrável para seres racionais finitos no sumo Bem.

²³ Immanuel KANT, *KpV* A 52-66.

²⁴ Immanuel KANT, *KpV* A 57.

²⁵ Immanuel KANT, *KrV* B 575.

²⁶ Immanuel KANT, *KpV* A 57s.

²⁷ Immanuel KANT, *KpV* A 58.

²⁸ Annemarie PIEPER. “*Ethik à la Spinoza*”: *Historisch-systematische Überlegungen zu einem Vorhaben des jungen Schelling*”, pp. pp. 545-564.

²⁹ Immanuel KANT, *KpV* A 198ss.

³⁰ Immanuel KANT, *KpV* A 166

³¹ Immanuel KANT, *KpV* A 45s.

³² Immanuel KANT, *KpV* A 199.

Natureza e razão teórica não produzem as garantias do sumo Bem. A natureza não oferece *Sollen*, vínculo moral³³. E a razão teórica desrespeita suas regras ao tentar vincular noumeno e fenômeno. Nem mesmo a lei moral, por si só, oferece o sumo Bem, pois a felicidade depende da concordância da natureza com o desejo individual³⁴. Conclui-se que o sumo Bem não é produzível apenas pela capacidade humana: os seres racionais finitos não conseguem adesão plena à lei moral, e menos ainda uma integração plena desta adesão com a felicidade.)³⁵. Podemos compreender como é o dever sob o ponto de vista do sumo Bem: criar (*schaffen*), de forma análoga à divindade, um mundo no qual se está totalmente de acordo com a lei moral, no qual o ser racional finito age em concordância plena com a lei moral e aspira (*anstrebt*) à felicidade recíproca (*gegenseitig*)³⁶.

A razão, em seu uso prático, quer encontrar preenchimento e conferir expressão da ideia de sumo Bem na efetividade³⁷. Para conceber como possível tal expressão, Kant fez recurso à doutrina dos postulados da razão prática pura: liberdade, imortalidade da alma e existência de Deus. Com a pressuposição da liberdade, é concebível que o ser racional finito não seja apenas determinado pela natureza³⁸. Devido à pressuposição da imortalidade da alma, é possível conceber um progresso rumo ao infinito, no qual o indivíduo consiga, devido à extensão de sua pessoa rumo à outra vida, adequação plena à lei moral³⁹. Talvez esse seja o mais controverso dos postulados, principalmente porque Kant afirma que o sumo Bem deve ser produzido no mundo⁴⁰.

Finalmente, o postulado da existência de Deus garante a felicidade. Deus seria dotado de entendimento e vontade perfeitos, sendo capaz de captar a intenção moral de todos os seres racionais finitos⁴¹. Como é Autor da natureza – pressuposição que a razão já fazia, de forma problemática, no Ideal da razão e na quarta antinomia⁴², mas que agora ganha validade prática – Deus é capaz de distribuir a felicidade proporcionalmente à conduta moral de cada um⁴³. Outro motivo importante pelo qual Deus coordena perfeitamente moral e felicidade é que,

³³ Immanuel KANT, *KpV* A 73-80.

³⁴ Immanuel KANT, *KpV* A 224s.

³⁵ Immanuel KANT, *KpV* A 57s.

³⁶ John SILBER, “*Der Schematismus der praktischen Vernunft*”, p. 255.

³⁷ John SILBER, “*Der Schematismus der praktischen Vernunft*”, p. 258.

³⁸ Immanuel KANT, *KpV* A 72-80; 206-215.

³⁹ Immanuel KANT, *KpV* A 219-223.

⁴⁰ Immanuel KANT, *KpV* A 219 .

⁴¹ Immanuel KANT, *KpV* A 224-227.

⁴² Immanuel KANT, *KpV* A 240.

⁴³ Immanuel KANT, *KpV* A 224-227.

conforme dito acima, Deus não erra moralmente; sempre segue a lei moral. (Lei moral não é imperativo para Deus, devido à sua perfeição moral.

Assim, era possível, para Kant, uma integração entre moralidade e felicidade; sensível e inteligível; faculdade de desejo superior e inferior; natureza e liberdade. Kant enfatizara que os postulados se tratavam de proposições práticas, e não de decretos arbitrários de uma vontade estranha, os quais seriam contingentes⁴⁴. Todavia, no Instituto de Tübingen nos anos 1790, onde Schelling estudou com Hegel e Hölderlin, houve uma recepção peculiar de teses kantianas, principalmente por Flatt e por Storr⁴⁵.

A doutrina kantiana do sumo Bem não devia bastar para se deduzir teoricamente a existência de Deus. O que a teologia de Tübingen se esqueceu, nesse sentido, foi da *orientação prática* da doutrina dos postulados de Kant, que se vincula, por sua vez, à crítica de Kant à teologia empreendida na primeira *Crítica*. Essa doutrina dos postulados seria também contra a arbitrariedade dos dogmas cristãos⁴⁶. Em *Vom Ich*, Schelling já apresenta tentativa de ir contra as tentativas da teologia de Tübingen de empreender uma doutrina da revelação a partir dos postulados de Kant⁴⁷.

2. Virtude como sua própria recompensa: Schelling e o ponto de vista da infinitude

O jovem Schelling queria elevar o criticismo (sistema filosófico que põe a realidade no Eu, ou no sujeito) a sistema, coerente com a intenção kantiana de conferir unidade da razão pura, entre teoria e prática⁴⁸: “Conciliar liberdade — a herança kantiana da lei moral enquanto “lei prática incondicionada” — e necessidade — a herança espinosiana de uma atividade absoluta que põe os seus próprios membros em seu processo de diferenciação e retorno a si mesma, eis o grande projeto do jovem Schelling⁴⁹.” Em relação ao sumo Bem kantiano, vejamos o que afirma Schelling:

De fato, Kant falou sobre moralidade e felicidade proporcional a ela como o sumo Bem e fim último. Mas ele mesmo saberia melhor que a moralidade sem fim último superior não tem realidade e que pressupõe limitação e finitude – e não como a meta

⁴⁴ Immanuel KANT, *KpV* A 233.

⁴⁵ Ulisses VACCARI, ‘A crítica do jovem Schelling à teologia de Tübingen no contexto da querela do panteísmo’, pp. 169-171.

⁴⁶ Immanuel KANT, *KpV* A 233.

⁴⁷ Ulisses VACCARI, ‘A crítica do jovem Schelling à teologia de Tübingen no contexto da querela do panteísmo’, p. 185.

⁴⁸ Leonardo VIEIRA. “Filosofia prática e incondicionado”, p. 16. Cf. Immanuel KANT, *KpV*, A 162.

⁴⁹ Leonardo VIEIRA. “Filosofia prática e incondicionado”, p. 16.

final em si, mas apenas como aproximação de que ele seja pensável. Ele (Kant) também evitou se pronunciar claramente sobre a relação da felicidade com a moralidade, embora soubesse bem que a felicidade como simples ideal da imaginação não é como um esquema, por meio do qual a representabilidade prática do não-Eu seria mediada, e então não poderia pertencer ao fim último definitivo (*letzten Endzweck*), pois este busca a identificação do não-Eu com o Eu, isto é, a aniquilação completa do fim último como não-Eu, por meio do poder intrínseco. Por isso, a luta pela felicidade empírica como concordância dos objetos com o Eu efetivada mediante a natureza seja irracional sem a pressuposição de que o fim último (*das letzte Ziel*) de toda luta não é a própria felicidade, mas a elevação sobre sua esfera, de modo que nós, desse modo, não lutaremos infinitamente para nos tornarmos felizes, mas para não precisarmos mais da felicidade, e sermos incapazes disso, e elevar nossa essência (*Wesen*) mesma à uma forma que se oponha à forma da felicidade como a forma a ela contraposta⁵⁰.

Para o filósofo de Leonberg, a doutrina kantiana do sumo Bem era um resquício de dogmatismo (filosofia que põe a realidade no não-Eu, no objeto), pois anulava a subjetividade e a liberdade em prol do desejo de ser feliz e da ideia de um Deus moral. O que ele propõe é uma revisão do sumo Bem que leva em conta os seguintes aspectos: a ideia de felicidade permanece uma ideia no sentido prático, a qual seria realizável apenas em progresso sem fim. Todavia, no sentido prático, é também idêntica ao fim último do Eu, e na medida em que a moralidade é *gradativamente* aproximada do fim último, ela pode ser certamente representada como aquilo realizável apenas por meio da moralidade, e sempre em relação proporcional a ela. Segundo Schelling, é nesse sentido que Kant pensou a felicidade proporcional à moralidade. A felicidade empírica é impossível, para Schelling, de ser pensada como concordante com a moralidade. Então, não se trata, no caso de Kant, de concordância ocasional, não necessária do objeto com o sujeito. A felicidade pura consiste, então, exatamente em se elevar acima da felicidade empírica, a felicidade pura exclui, necessariamente, a empírica⁵¹.

Para Schelling, muitos confundiram a felicidade kantiana do sumo Bem com a felicidade empírica, visto que a palavra *Glückseligkeit* comporta tanto bem-aventurança (felicidade pura) quanto felicidade empírica, a qual, por sua vez condicionaria o Eu.⁵² Düsing menciona essa passagem: “Schelling acreditava que Kant quis dizer, em seu conceito de sumo Bem, apenas esse conceito de felicidade pura, não empírica⁵³”. Entretanto, o comentador chama atenção para o fato de que Kant quer efetivar a felicidade no mundo sensível mediante

⁵⁰ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 123ss. Cf. Immanuel KANT, *KpV*, A 219ss (imortalidade da alma) e 223ss (concordância com a natureza).

⁵¹ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 124n.

⁵² Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 125n.

⁵³ Klaus DÜSING, “*Die Rezeption der Kantischen Postulatenlehre in den frühen philosophischen Entwürfen Schellings und Hegels*”, p. 61.

o sumo Bem: trata-se, contrariamente às expectativas de Schelling, de felicidade empírica⁵⁴. A definição de felicidade de Kant já deixa clara sua visão sobre a felicidade: consciência que um ser racional possui do agrado da vida, estado consciencial que o acompanha durante toda a existência⁵⁵.

Para Schelling, o verdadeiro fim último deve elevar o Eu para além da esfera da finitude como obtenção do ser do Eu absoluto, fim último de toda luta do Eu: elevar-se à infinitude do Eu absoluto⁵⁶. O problema que ele vê em Kant era que o fim último proposto pelo filósofo de Königsberg se prendia em demasia à finitude, mostrando dependência de postulados práticos e de felicidade para sua efetuação.

Se o fim último da luta do Eu não fosse identificação do não-Eu consigo mesmo, então a harmonia contingente dos objetos com nosso Eu proporcionada pela natureza não nos teria apelo. Apenas o tem quando tal concordância é pensada a partir do todo de nossa atividade (*Thätigkeit*) (a qual, do grau menor ao mais elevado, tende à concordância do não-Eu com o Eu), como acomodação voluntária da natureza, como favor (*Begünstigung*), não como recompensa (*Belohnung*), como auxílio inesperado (*unerwartete Unterstützung*) que ela confere a todos nossos atos, não apenas a nossas ações morais⁵⁷. O que Schelling propõe é que, na verdade, a felicidade é um auxílio contingente, e não uma recompensa necessária pela conduta virtuosa, tal como em Kant.

O Fim último do eu finito é a expansão rumo à identidade com o infinito. No eu finito, está a unidade da consciência, a personalidade. O Eu infinito, no entanto, não conhece objeto algum, logo nenhuma unidade da consciência, consciência, e tampouco personalidade⁵⁸. O ‘Fim último decisivo’ (*letzte Endzweck*) do mundo é sua anulação como um mundo, isto é, como essência da finitude (do eu finito e do não-Eu). Esse fim último só se encontra na aproximação ao infinito, portanto, persistência infinita do Eu⁵⁹. A moral é aproximação de seu *telos*, a realização efetiva do mesmo seria eliminação da dualidade, e eliminação da moral (a

⁵⁴ Klaus DÜSING, “*Die Rezeption der Kantischen Postulatenlehre in den frühen philosophischen Entwürfen Schellings und Hegels*”, p. 62.

⁵⁵ Immanuel KANT, *KpV* A 40. Comparar com trecho semelhante em KANT, I., *KpV* A 224.

⁵⁶ KLAUS DÜSING, “*Die Rezeption der Kantischen Postulatenlehre in den frühen philosophischen Entwürfen Schellings und Hegels*”, p. 63.

⁵⁷ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 125n.

⁵⁸ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 128. Cf. § VIII, IX, X. Intuição intelectual.

⁵⁹ Friedrich SCHELLING, *Vom Ich*, § XIV, p. 128. (Grifos do autor).

qual só existe na dualidade). Não há realidade moral capaz de conter em si o Incondicionado, que é expressão do Absoluto⁶⁰.

(...) a realização plena da moralidade — a passagem consumada do fenômeno para o ser em si — significa o fim da experiência moral, simultaneamente a sua plenitude, bem como o seu aniquilamento. Enquanto sumo Bem ou Incondicionado material, o Absoluto é, por assim dizer, aquele “lugar” onde tanto a questão da moralidade quanto a da felicidade perdem sua razão de ser, já que ambas envolvem o condicionado⁶¹.

Considerações finais

Tanto Kant quanto Schelling mantém a dimensão prática das ideias. No entanto, ambos assumem vias bem distintas ao pensar a liberdade e a relação entre moral e felicidade. Schelling parece estar mais próximo dos estóicos que de Kant na concepção de moralidade e de felicidade. Schelling poderia ser visto como tendo dado menos importância ao lado afetivo que Kant, mas considera a felicidade em sua dimensão de beatitude, uma felicidade contemplativa. Kant reconheceu mais os limites do ser humano e sua necessidade de buscar a felicidade. O sumo Bem é um ‘bem holístico’, que tenta abranger a totalidade de nossa situação. O Eu Absoluto, por sua vez, é um bem que tenta superar a precariedade de nossa situação.

Some-se a essa busca de superação da nossa situação mundana uma possível aproximação de Schelling com a gnose. Em *De Marcione*, sua tese de Doutorado em teologia, defendida no mesmo ano da escrita de *Vom Ich*, Schelling defende o gnóstico Marcião de Sinope (85-160) contra a observação dos Padres da Igreja, segundo as quais Marcião teria falsificado as cartas paulinas. A escolha do tema e defesa do pensador gnóstico teriam sido demonstração de seu protesto contra o paroquialismo teológico de Tübingen?⁶² No entanto, a proposta de Schelling é de integração com a natureza, e não desprezo da mesma. É digno de nota comparar como ambos pensadores tentaram lidar com a busca humana da felicidade: Kant, sob o ponto de vista dos limites ou da finitude, e Schelling a partir do ponto de vista da infinitude.

Embora Kant pareça ter tido mais sucesso em reconhecer as limitações humanas, é mister perceber que Schelling conseguiu propor uma maior integração entre esferas distintas da experiência humana do que Kant, uma vez que dispensa noções como coisa em si e uma

⁶⁰ Leonardo VIEIRA, ‘*Filosofia e Absoluto no jovem Schelling*’, p. 231.

⁶¹ Leonardo VIEIRA, “*Filosofia prática e incondicionado*”, p. 24.

⁶² Manfred FRANK, *Eine Einführung in Schellings Philosophie*, p. 20.

separação radical entre liberdade e natureza, sendo um dos principais expoentes da tarefa do idealismo alemão de tentar superar os dualismos kantianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DÜSING, K. Die Rezeption der Kantischen Postulatenlehre in den frühen philosophischen Entwürfen Schellings und Hegels. In: *Das älteste Systemprogramm*. Hrsg. von R. Bubner. Bonn. 1973 (Hegel-Studien. Beiheft 9), 53-90.

FRANK, Manfred. *Eine Einführung in Schellings Philosophie*. 2 Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.

KANT, I. *Kritik der praktischen Vernunft*. Stuttgart: Reclam, 2008.

_____. *Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1974.

PIEPER, A. "‘Ethik à la Spinoza’: Historisch-systematische Überlegungen zu einem Vorhaben des jungen Schelling". *Zeitschrift für philosophische Forschung*, Bd. 31, h. 4., 1977, pp. 545-564. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20482861>. Acesso em: 14/05/2013.

SHELLING, F. W. J. "‘Vom Ich als Prinzip der Philosophie oder über das Unbedingte im menschlichen Wissen’". In: SHELLING, F. W. J. *Friedrich Wilhelm Joseph Schelling Historisch-Kritische Ausgabe*. Reihe I: Werke 2. Hartmut Buchner; Jörg Hantzen (Hrsg.), pp.1-175. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1980.

SILBER, J. R. "Der Schematismus der praktischen Vernunft", *Kant-Studien*, v. 56, n. 3, 2009, pp. 253-273.

VACCARI, U. R. 'A crítica do jovem Schelling à teologia de Tübingen no contexto da querela do panteísmo'. *Cadernos Espinosanos*, v. 24, 2011, 167-192.

VIEIRA, L. 'Filosofia e Absoluto no jovem Schelling'. In: Oliveira, M. e Almeida, C. (Orgs.). *O Deus dos filósofos modernos*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp.223-239.

_____. "Filosofia prática e incondicionado". *Síntese – Rev. de Filosofia*, v. 26, n. 84, 1999, 13-30.